

Sindicato dos Bancários
do ABC defende redução
da Selic para combater
desigualdades - Pg 2

Banco do Brasil anuncia
novas funções e mudanças
no atendimento - Pg 3

Chapa 2 é eleita para o
Conselho de Usuários do
Saúde Caixa (2026-2028)
- Pg 4



NOTÍCIAS BANCÁRIAS



• INFORMATIVO OFICIAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO ABC • ANO XXXII • EDIÇÃO 1196 • 04/FEVEREIRO/2026 •



O que se sabe até agora sobre a crise do **BANCO MASTER** e o que ainda falta descobrir.

Investigação aponta falhas graves na gestão do banco

Serviço

CARNAVAL 2026: VOCÊ VAI DESCANSAR OU CAIR NA FOLIA?



Seja qual for a sua resposta, uma coisa é certa: o Carnaval é ponto facultativo no Brasil e, para os bancários, o período garante dias de

pausa no atendimento ao público. É tempo de recarregar as energias, aproveitar a festa ou simplesmente descansar, tudo com os direitos respeitados.

Em 2026, as agências bancárias ficarão fechadas na segunda e na terça-feira de Carnaval (16 e 17/02) e reabrem na Quarta-Feira de Cinzas (18/02), a partir das 12h, conforme orientação da FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos). Nesses dois dias, não há compensação bancária, incluindo TED. O Pix funciona normalmente.

Boletos e contas com vencimento

no sábado, domingo ou nos dias de Carnaval podem ser pagos na quarta-feira (18/02) sem juros ou multa. Mesmo com as agências fechadas, caixas eletrônicos, aplicativos e internet banking seguem disponíveis para transações e consultas.

A regra segue resolução do Conselho Monetário Nacional, que não considera a segunda e a terça-feira de Carnaval como dias úteis para operações bancárias.

Para a secretária de Formação do Sindicato dos Bancários do ABC, Inez Galardinovic, funcionária da

Caixa, curtir o Carnaval também é sinônimo de responsabilidade e respeito:

“O Carnaval é um momento de alegria e celebração, mas é fundamental curtir a folia com proteção. Usar preservativo é essencial para a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e, da mesma forma, precisamos reforçar o respeito às mulheres. Violência não é brincadeira: não é não.”

O Sindicato dos Bancários do ABC deseja à categoria um Carnaval leve, seguro e com muito descanso. Aproveite do seu jeito!

Política Econômica

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO ABC DEFENDE REDUÇÃO DA SELIC PARA COMBATER DESIGUALDADES

O Sindicato dos Bancários do ABC reafirma: juros altos travam a economia, aprofundam desigualdades e concentram renda. Com a taxa Selic em 15% ao ano, quem vive do trabalho é penalizado, enquanto poucos lucram com a especulação financeira.

Na prática, os juros elevados encarecem o crédito, pressionam o

orçamento das famílias, dificultam investimentos e freiam a geração de empregos. Pequenos e médios empresários enfrentam mais obstáculos para manter seus negócios, e a economia perde dinamismo.

Para o Presidente do Sindicato dos Bancários do ABC, Gheorge Vitti, a atual política de juros favorece rentistas e instituições financeiras,

em detrimento da economia real. Por isso, Vitti defende a redução responsável da taxa Selic, definida pelo Banco Central do Brasil, como medida essencial para estimular o crescimento econômico, gerar empregos e promover justiça social. Reduzir a Selic é valorizar o trabalho e construir um país mais justo.



Cuidado com a Vida

DIA MUNDIAL DE COMBATE AO CÂNCER: PREVENÇÃO, CUIDADO E DEFESA DO SUS

O Dia Mundial de Combate ao Câncer reforça a importância da prevenção, do diagnóstico precoce e do acesso ao tratamento para salvar vidas. A data também destaca o papel essencial do Sistema Único de Saúde (SUS) no atendimento à população.

É pelo SUS que milhões de brasileiros têm acesso a ações de prevenção, exames de rastreamento como mamografia e Papanicolaou, consultas especializadas, além de tratamentos oncológicos, como

cirurgias, quimioterapia e radioterapia. O sistema também garante medicamentos de alto custo e cuidados paliativos, assegurando atenção integral aos pacientes.

Para Natalino Fabrini, Secretário de Saúde do Sindicato dos Bancários do ABC, defender o SUS é defender a vida. Neste Dia Mundial de Combate ao Câncer, reforçamos a necessidade de informação, prevenção e fortalecimento da saúde pública, para que o cuidado chegue a todos que precisam.

Economia

COM SALÁRIO MÍNIMO A R\$ 1.621 EM 2026, ECONOMIA TEM ESTIMATIVA DE GANHO REAL, APONTA O DIEESE

Segundo o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o reajuste do salário mínimo para R\$ 1.621,00 em 2026 representa um aumento estimado de cerca de 6,8%, com reposição da inflação e ganho real para os trabalhadores.

De acordo com o DIEESE, o novo valor terá impacto direto na renda de 61,9 milhões de brasileiros, incluindo aposentados e pensionistas, e pode movimentar cerca de R\$ 81,7 bilhões na economia, fortalecendo o consumo e o mercado interno.

Apesar do avanço, o estudo ressalta que o salário mínimo ainda está muito abaixo do valor necessário para cobrir as despesas básicas de uma família, estimado em mais de R\$ 7 mil.

Segundo, Gheorge Vitti, Presidente do Sindicato dos Bancários do ABC, valorizar o salário mínimo é essencial para combater desigualdades e melhorar as condições de vida da classe trabalhadora.

Sistema Financeiro.....

O QUE SE SABE ATÉ AGORA SOBRE A CRISE DO BANCO MASTER E O QUE AINDA FALTA DESCOBRIR

Fraudes sob investigação, prejuízo bilionário e articulações políticas marcam a quebra do banco

A liquidação extrajudicial do Banco Master e do Will Bank pelo Banco Central revelou uma crise de grandes proporções no sistema financeiro e colocou sob investigação o conglomerado controlado por Daniel Vercaro.

Até agora, apurações da Polícia Federal, do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) apontam indícios de fraudes financeiras bilionárias. Uma das principais suspeitas é a tentativa de venda de R\$ 12,7 bilhões em carteiras de crédito supostamente falsas a um banco público, o que teria agravado a crise de liquidez da instituição.

No âmbito da Operação Compliance Zero, Vercaro e pessoas próximas, como seu cunhado Fabiano Zettel, chegaram a ser presos e depois liberados. Em nota divulgada na semana passada, a defesa sustenta que o banqueiro é inocente,



Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil

te, colabora com as autoridades e confia no esclarecimento dos fatos pelo devido processo legal.

A quebra do Banco Master atingiu mais de 1,6 milhão de clientes e pode gerar um rombo superior a R\$ 47 bilhões no Fundo Garantidor de Créditos (FGC), custo que acaba sendo socializado por todo o sistema bancário, inclusive bancos públicos.

Segundo o presidente do Sindicato dos Bancários do ABC, Gheorge Vitti, o caso é grave, revela falhas na fiscalização do sistema financeiro e reforça a necessidade de apurar responsabilidades, preservar

empregos e proteger trabalhadores e clientes diante de prejuízos bilionários.

Além do impacto econômico, o caso chama atenção pelo trânsito político e jurídico do controlador em Brasília, ampliando a expectativa sobre novos desdobramentos. O que já se sabe aponta para falhas graves; o que ainda falta descobrir pode ampliar ainda mais o alcance do caso.

Impacto sobre os trabalhadores e atuação do Sindicato

Vale destacar que o Banco Master possuía cerca de 515 trabalhado-

res, segundo dados do Ministério do Trabalho.

Diante da liquidação extrajudicial, o Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região encaminhou ofício ao Banco Central cobrando a preservação dos empregos, a manutenção dos salários e de todos os direitos e benefícios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

Informações recentes indicam que, desde julho, ocorreram aproximadamente 100 desligamentos, restando cerca de 400 empregados ainda ativos, o que reforça a necessidade de acompanhamento rigoroso do processo de liquidação. Dirigentes sindicais estiveram na sede do banco, em São Paulo, e, em diálogo com representante do Banco Central, foi afirmado que a CCT será cumprida integralmente, incluindo a 13ª cesta alimentação e a manutenção do plano de saúde.

Novo Modelo de Atendimento.....

BANCO DO BRASIL ANUNCIA NOVAS FUNÇÕES E MUDANÇAS NO ATENDIMENTO



O Banco do Brasil anunciou a criação de mais de 1.100 novas funções comissionadas, além de mudanças no modelo de atendimento em suas unidades. A proposta faz parte de um processo de reorganização da rede do banco e foi apresentada à representação dos trabalhadores. Entre as principais mudanças estão

o reforço do atendimento presencial, a criação de funções voltadas ao atendimento especializado, a garantia de ao menos dois comissionados em cerca de 700 Lojas BB e a transformação de unidades em centros especializados. O banco também informou que haverá possibilidade de movimentação

funcional e ascensão profissional. Na avaliação de Karin Diaz Caliento, funcionária do Banco do Brasil e diretora do Sindicato dos Bancários do ABC, as mudanças anunciadas podem gerar oportunidades, mas precisam preservar direitos, carreiras e condições de trabalho. “A criação de novas funções pode fortalecer o atendimento e abrir possibilidades de crescimento profissional, mas é fundamental que esse processo seja feito com diálogo, critérios justos e respeito à trajetória dos trabalhadores.”

Vale destacar que algumas agências da região do Grande ABC apresentam excedente na função de agente de negócios, o que não reflete a realidade social nem a necessidade da população por aten-

dimento presencial, especialmente dos segmentos mais vulneráveis, como os idosos.

O Diretor de Saúde do Sindicato dos Bancários do ABC e funcionário do Banco do Brasil, Natalino Fabbrini, orienta os bancários que tiverem dúvidas ou enfrentarem dificuldades em relação às mudanças anunciadas a procurarem o sindicato para esclarecimentos e apoio.

📍 Rua Coronel Francisco Amaro, 87 – Centro – Santo André

☎ (11) 4993-8299

📱 WhatsApp: (11) 99798-4732

O Sindicato dos Bancários do ABC seguirá acompanhando, junto à Contraf-CUT, as mudanças e defendendo a valorização dos funcionários do Banco do Brasil.

Resultado da Eleição.....

CHAPA 2 É ELEITA PARA O CONSELHO DE USUÁRIOS DO SAÚDE CAIXA (2026—2028)

A participação dos trabalhadores fez a diferença. Com 14.203 votos, a Chapa 2 – Movimento pela Saúde foi eleita para representar os usuários no Conselho de Usuários do Saúde Caixa no período de 2026 a 2028.

O resultado é fruto de uma campanha construída com verdade, união e compromisso coletivo, reafirmando a importância da participação

democrática na defesa de um Saúde de Caixa forte, sustentável e acessível a todos.

Representantes eleitos

- Maria Lúcia Cavalcante Dejavitte (Malu Dejavitte)
- Antônio Sancho de Carvalho Araújo Filho
- André Luiz Zanão Tosta
- Érico César Gomes Jesus
- Aline Cardoso Pereira

- Fabiana Medeiros Jacobina Aires
- Fábio Neves Mancuzo
- Rafael Mesquita Rodrigues da Cunha

Os eleitos assumem o compromisso de levar ao conselho uma voz plural e representativa dos trabalhadores da Caixa, da ativa e aposentados, de diferentes funções e regiões, fortalecendo a luta por um

plano de saúde que atenda às necessidades de quem vive o Saúde Caixa no dia a dia.

Para Hugo Saraiva, funcionário da Caixa Econômica Federal e dirigente do Sindicato dos Bancários do ABC, essa vitória reforça a organização e a unidade dos trabalhadores na defesa de direitos. Agora é seguir em frente, juntos, por um Saúde Caixa melhor e para todos.

Direitos Trabalhistas.....

FIM DA ESCALA 6X1 AVANÇA NO BRASIL E ACOMPANHA TENDÊNCIA MUNDIAL DE REDUÇÃO DA JORNADA

Propostas em debate no Congresso apontam para a redução da jornada e mais qualidade de vida para os trabalhadores.

O fim da escala 6x1 (seis dias de trabalho por um de descanso) entrou de vez no debate público e está em tramitação no Congresso Nacional. Entre 2024 e o início de 2026, propostas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal discutem mudanças profundas na jornada de trabalho no Brasil.

Na Câmara, a PEC 8/2025 propõe reduzir a jornada máxima semanal

de 44 para 36 horas, eliminando a obrigatoriedade da escala 6x1. O texto já superou o número mínimo de assinaturas para tramitação. No Senado, propostas como a PEC 148/2025 avançam na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), prevendo redução gradativa da jornada, com expectativa de avanço nas votações a partir de 2026.

O debate brasileiro acompanha

uma tendência mundial. Países como Bélgica, Suécia, Noruega e Islândia já testaram ou adotaram jornadas reduzidas, como a escala 4x3 ou semanas com menos horas, mantendo ou até ampliando a produtividade. Estudos internacionais indicam ganhos em saúde mental, convívio familiar e qualidade de vida, sem prejuízo econômico.

Para Belmiro Moreira, Secretário

de Comunicação do Sindicato dos Bancários do ABC, discutir o fim da escala 6x1 é discutir trabalho digno, saúde e equilíbrio entre vida pessoal e profissional. Reduzir a jornada é um passo importante para modernizar as relações de trabalho e colocar a vida dos trabalhadores no centro das decisões.

Editorial.....

CASOS WILL BANK E BANCO MASTER MOSTRAM POR QUE A REGULAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO É INDISPENSÁVEL

Os recentes episódios envolvendo o Will Bank e o Banco Master escancararam um problema que o movimento sindical vem alertando há tempos: não existe inovação sustentável sem regulação, fiscalização e responsabilidade social. Quando essas dimensões são negligenciadas, quem paga a conta são sempre os mesmos: trabalhadores e clientes.

A expansão acelerada das fintechs ocorreu sob o discurso da modernização e da eficiência. No entanto, em muitos casos, esse avanço

se deu à margem de exigências básicas de governança, solidez financeira e proteção trabalhista. O resultado são crises que interrompem serviços essenciais, bloqueiam recursos da população e colocam centenas de empregos em risco da noite para o dia.

É preciso dizer com clareza: o sistema financeiro não pode funcionar como um laboratório de experiências, onde erros são socializados e lucros permanecem privatizados. Bancários e bancárias não podem ser tratados como descartáveis,

nem os clientes como números em aplicativos que desaparecem quando o negócio fracassa.

O Sindicato dos Bancários do ABC defende um sistema financeiro moderno, sim, mas fortemente regulado, com regras claras e iguais para todos. A tecnologia deve servir à sociedade, e não o contrário. Isso significa fiscalização rigorosa, garantia de direitos trabalhistas, transparência e mecanismos que protejam quem vive do salário e depende do sistema financeiro para trabalhar e sobreviver.

Sem regulação, não há segurança. Sem segurança, não há confiança. E sem confiança, não há sistema financeiro que se sustente.



GHEORGE VITTI
PRESIDENTE